

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : DESP

CLASS. : 1417

DATA : 19 01 90

PG. : 15

# Satélite fiscalizará garimpos

**Brasil e Venezuela se unem para evitar que garimpeiros atravessem fronteira**

CARACAS — Os governos do Brasil e da Venezuela decidiram ontem adotar uma série de medidas conjuntas e imediatas para reprimir a ação dos garimpeiros na região amazônica. Para isso, vão utilizar até um satélite, que transmitirá aos dois países informação permanente sobre qualquer movimento na área fronteira e fará a detecção quase imediata dos prejuízos causados ao meio ambiente.

A decisão foi tomada durante a primeira reunião realizada entre representantes dos dois países para analisar a questão do garimpo ilegal e do contrabando de ouro na região amazônica, que vem sofrendo danos ecológicos por causa do mercúrio utilizado pelos garimpeiros para a extração do metal. Além do satélite, os governos estão acertando a cooperação para promover um levantamento cartográfico da zona e construir postos militares. O Brasil se comprometeu, ainda, a reduzir o transporte público e exercer controle mais severo em aeroportos e pistas de pouso para restringir as atividades dos garimpeiros.

“O Brasil está disposto a dividir com a Venezuela as ações necessárias para resolver o problema”, assegurou ontem o subsecretário de assuntos políticos do Itamaraty, Luiz Felipe Lampreia, enviado à reunião. Ele disse também que cerca de 45 mil garimpeiros extraem mensalmente em redor de três toneladas de ouro na região e realizam aproximadamente 300 vôos diários com uma frota calculada em 345 aviões e helicópteros. A isso se somam 4.500 máquinas e 500 barcos com bombas de sucção de água para lavar o ouro. Segundo Lampreia, a procura desse metal na região amazônica está tomando tais proporções que a população de Boa Vista, centro da área do garimpo, passou de 30 mil para 180 mil habitantes nos últimos cinco anos. Ontem o vice-ministro venezuelano do Exterior, Adolfo Taylhardat, e Lampreia realizaram um vôo de inspeção sobre o Rio Orenoco, que vem sendo contaminado com mercúrio.



João Paulo Lacerda/AE-16/1/90

*Pista interdita no Jôquei Clube de Boa Vista: exigência para área ianomami*

## Procurador pede explicação

BRASÍLIA — O procurador da República Osvaldo Barbosa vai pedir ao juiz João Baptista Coelho Aguiar, da 1ª Vara da Justiça Federal, que convoque o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, para explicarem à Justiça os motivos da não-interdição das pistas clandestinas usadas por garimpeiros nas terras dos índios ianomamis, na Floresta Nacional de Roraima e no Pico da Neblina. A interdição das pistas dentro de uma área de 9,4 milhões de hectares foi determinada em 5 de dezembro por liminar da 1ª Vara.

O pedido de informações do procurador foi baseado em notícias de que a operação “Selva Livre”, da Polícia Federal, em

Roraima, está apenas bloqueando parcialmente as pistas localizadas na capital, Boa Vista, e nos arredores da cidade. “As pistas existentes nas áreas indígenas e na floresta continuam funcionando e os garimpeiros as continuam usando”, criticou o subprocurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi. Por isso, na sua opinião, a liminar da 1ª Vara está sendo desobedecida.

Muzzi foi o autor da ação civil pública, em julho, contra o funcionamento das pistas ilegais em Roraima. Ele argumentava, na ação, que a existência de pistas irregulares e não homologadas poderiam prestar-se à invasão de garimpeiros em terras indígenas, à destruição da natureza, ao tráfico de dro-

gas e ao contrabando. Julgada em dezembro, a ação recebeu liminar do juiz João Baptista Aguiar, ordenando à Polícia Federal e ao Ministério da Aeronáutica a interdição definitiva das pistas.

Essa liminar e uma outra, dada pela 7ª Vara, determinando a retirada de garimpeiros de um território de 9,4 milhões de hectares, levaram o governo federal a deflagrar as operações em Roraima, a partir da semana passada. O pedido de informações do procurador Osvaldo Barbosa será a segunda medida tomada pelo Ministério Público, nos últimos dias, cobrando o andamento das operações. A primeira foi o pedido de prisão de Romeu Tuma pelo procurador Eugênio Aragão.